

TV Escola: Potencialidade de Formação Contínua

School TV: Potentialities as Continued Formation

Rosângela Vargas Cassola^{a*}

^aPontifícia Universidade Católica, Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, SP, Brasil

*E-mail: rcassola@brturbo.com.br

Resumo

O objetivo desse estudo foi identificar a potencialidade de utilização da TV Escola como uma política pública de formação, para subsidiar a escola na formação contínua de professores que trabalham com alunos que apresentam necessidades especiais. A coleta de dados ocorreu em duas fases: inicialmente, foi usado como instrumento um questionário com 34 questões abertas e fechadas. Em seguida, foi realizada uma entrevista e o procedimento com a utilização da Técnica de Grupo Focal em seis encontros presenciais. Os dados revelam que os professores desconhecem os Programas da Série Educação Especial da TV Escola, bem como o conceito de deficiência mental e indicam que é possível usar a TV Escola como meio de formação contínua desde que considerados três aspectos: 1) aspectos organizacionais da escola; 2) questões profissionais de formação docente e 3) políticas de implantação da TV Escola.

Palavras-chave: Educação Especial. Formação Contínua de Professores. TV Escola.

Abstract

This research aimed to identify potential uses of the School TV in the continued formation of teachers that work with students with special needs. Data collection occurred in two phases: first, we used as instrument a questionnaire composed by thirty-four opened and closed questions. Afterwards, we made interviews and used the Focal Group Technique during six meetings with our subjects. The data revealed that these teachers ignore the students telecast known as Special Education Set, as well as the concept of mental deficiency. However, data also indicated that it is feasible to use the students as means of continued formation as long as three aspects are considered: 1) the organizational aspects of school; 2) professional matters related to teachers' formation; and 3) policies of implantation of the School TV.

Keywords: *Special Education. Teachers' Continued Formation. School TV.*

1 Introdução

Em 20 de dezembro de 1996, foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9.394/96, a qual destina um capítulo a Educação Especial. A LDB 9.394/96 com relação aos alunos que apresentam necessidades especiais registra:

o dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1996).

Além de prever atendimento especializado gratuito aos alunos que apresentam necessidades especiais, a LDB 9.394/96 registra: Artigo 58 - § 1º: “haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela da educação especial” (BRASIL, 1996).

A LDB 9.394/96 muda o cenário de pouca atenção ao aluno com necessidades especiais e prevê a existência de serviços de apoio especializado no ensino comum e também contempla as contribuições indispensáveis para que esse atendimento ocorra, assegurando a estes:

I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades.

II – terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados.

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns (BRASIL, 1996, p.27).

Conforme a LDB 9.394/96, compete às escolas, assegurar no projeto político pedagógico, ações que contemplem e possibilitem a permanência do aluno que apresenta necessidades especiais no ensino comum. Entre estas ações, podemos citar a possibilidade que a escola tem de prorrogar e ou diminuir o ano letivo e a conclusão de estudos, de acordo a necessidade do aluno e independente da sua idade.

Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos, terminalidade específica, inúmeros são os direitos previstos, contudo, para que todos estes fatores sejam efetivados, é necessário o envolvimento de recursos humanos e a LDB 9.394/96 prevê estes recursos.

Efetivamente, em termos legais, o avanço da educação especial está explícito na LDB 9.394/96. No entanto, esse avanço na legislação não garante que o atendimento de qualidade, aos quais os alunos que apresentam necessidades

especiais têm direito, seja efetivado. É necessário atentar para que a escola cumpra sua função social de socializar conhecimentos, sem discriminação social.

Nesse sentido, dentre as orientações mundiais, temos a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (UNESCO, 1990), enfatizando o compromisso renovado de educação para todos. A Declaração de Salamanca, de 1994, registra os princípios, a política e a prática na educação especial em escolas comuns. Contudo, mesmo que a inclusão de alunos que apresentam necessidades especiais seja garantida nas legislações, isto não significa que ela esteja ocorrendo integralmente e beneficiando esta população específica.

Uma das grandes questões deste processo, para Oliveira (2003, p. 65),

é como viabilizar a inclusão de forma coerente, sem desprezar os serviços de educação especial e ainda oferecer condições materiais, estruturais e uma boa preparação de recursos humanos para que esta aconteça com sucesso.

Permeado por estas questões, o processo de inclusão está ganhando novas dimensões, preocupando os professores que estão envolvidos diretamente com o processo educacional e social desta população específica, principalmente por perceberem que não estão recebendo as condições escolares adequadas para as suas necessidades.

A política de inclusão de alunos que apresentam necessidades especiais na rede comum de ensino não consiste somente na permanência física desses alunos nas escolas, mas prevê a mudança de concepções e de paradigmas construídos anteriores a este movimento inclusivo e, acima de tudo, almeja o respeito à diversidade e o atendimento das necessidades educacionais especiais.

Para Parizzi e Reali (2002, p. 81):

a formação básica e contínua associada às condições de trabalho aparece como fundamental para que o acesso e a qualidade de ensino preconizados atualmente tornem-se realidade para todos os alunos, em especial os alunos portadores de deficiência.

Para isso, entendemos que o alicerce das novas concepções e paradigmas pode começar na escola. Dentre essas novas concepções, a formação de professores precisa ser revista. Um dos atores mais importante da escola que precisa ser repensada é o professor, suas carências, dificuldades e medos parecem ficar mais evidente quando se referem à inclusão.

Segundo Vizim e Silva (2003), os professores que trabalham com alunos que apresentam necessidades especiais sentem falta de conhecer metodologias que levem em conta as especificidades dos alunos, sentem dificuldade de elaborar planos de recuperação, de adaptar instrumentos de avaliação, de conhecer métodos especiais de leitura e escrita, de saber fazer correções articulatórias e adaptações curriculares.

Com o processo de inclusão, que requer inovações educacionais, a maioria dos professores se sente despreparados, precisando de apoio educacional para conseguir avaliar os problemas e as necessidades dos alunos e da sua prática de ensino.

A construção de um espaço para estudos na escola é fundamental para o processo de formação docente, assim como o trabalho de apoio deverá ser reestruturado para atender os alunos que apresentam necessidades especiais e professores em sala de aula, até porque, a educação tem hoje um importante desafio: “garantir acesso aos conteúdos básicos que a escolarização deve proporcionar a todos os indivíduos - inclusive àqueles com necessidades educacionais especiais” (BRASIL, 2001, p. 46).

A garantia dos direitos assegurados no PARECER 17 passa, entre outros fatores, por questões ligadas a capacitação docente e com o objetivo de capacitar os professores, o Ministério de Educação e Cultura – MEC, produziu o Programa TV Escola.

O Programa TV Escola iniciou suas programações em março de 1996, com a entrada no ar de um canal de televisão via satélite. A fim de possibilitar o acesso da programação às unidades de ensino, a Secretaria de Educação a Distância – SEED distribuiu, inicialmente, às escolas públicas de ensino fundamental com mais de cem alunos matriculados um Kit tecnológico.

O *kit* tecnológico de acesso continha um televisor de 20 polegadas, em cores e com controle remoto, um videocassete quatro cabeças, uma antena parabólica vazada, um estabilizador de voltagem e 10 fitas VHS (TV Escola, 2000). De posse deste *kit* tecnológico, as unidades de ensino podiam acessar aos Programas da TV Escola, que objetivavam capacitar os professores.

Inicialmente, somente as escolas públicas de ensino fundamental receberam o *kit* tecnológico. Mais tarde, em 1999, o ensino médio também foi contemplado, o que possibilitou a disseminação dos programas da TV Escola.

De acordo com dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP (2004), no Brasil, 61,4 mil escolas de educação básica têm antena parabólica, o que significa 29% dos estabelecimentos de ensino. Desse total, 55.515 são da rede pública e 57.370 estão equipadas com o *kit* completo de transmissão: antena parabólica, televisão e videocassete. O maior índice de escolas com o *kit* completo foi verificado na região Centro-Oeste, pois 42,5% dos 10.349 estabelecimentos da educação básica têm antena parabólica, televisão e videocassete.

Para possibilitar a gravação dos programas, a TV Escola fica 14 horas no ar, com os programas divididos em três blocos: ensino fundamental, ensino médio e salto para o futuro. A programação deve ser gravada em fitas de vídeo, para uso na capacitação e aperfeiçoamento dos professores e, também, em seu trabalho na sala de aula.

As séries ensino médio e salto para o futuro apresentam uma hora de duração, são reprisadas três vezes ao dia e apresentam a estrutura dos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ministério de Educação e Cultura (BRASIL, 2014). As séries do ensino fundamental estendem-se por duas horas e são reprisadas quatro vezes ao dia.

Na Série do Ensino Fundamental, encontramos os programas da Série Educação Especial. A Série Educação Especial produzida pela TV Escola aborda algumas deficiências, entre elas: deficiência mental, auditiva, física e outras.

Em princípio, podemos inferir que os Programas exibidos pela TV Escola são bastante ricos, pois apresentam situações e contextos diversificados. Além de exibir durante 14 horas por dia os programas da TV Escola, a SEED estruturou uma série de materiais impressos, com a intenção de apoiar a utilização das programações e de propagar cada vez mais todos os programas exibidos.

Segundo Lima (2000), o governo federal tem investido verbas significativas na implantação/manutenção/efetivação deste programa e avaliações são necessárias para verificar a potencialidade como meio de proporcionar ao professor uma melhoria de sua prática.

Inúmeros pesquisadores preocuparam-se em analisar as apropriações dos profissionais da educação que trabalham nas séries iniciais do ensino fundamental nas escolas públicas quanto aos programas da TV Escola.

Castro (1998), em sua pesquisa, constatou que o Programa da TV Escola - Salto para o Futuro possibilita reflexões aos professores, mas que estas reflexões pouco modificam a prática pedagógica destes professores. Constatou, ainda, que o programa não substitui as capacitações presenciais oferecidas pelas Secretarias de Educação.

Lins (1998) procurou verificar os limites e possibilidades do Programa TV Escola e, para isso, contextualizou as políticas públicas, priorizando a formação de professores. Hidalgo (1999) e Lima (2000), no decorrer das pesquisas, compreenderam ser fundamental a presença de um supervisor/coordenador/organizador dos Programas da TV Escola, para que os professores apropriem-se dos Programas exibidos e que isto seja revertido em mudanças de atitudes na prática pedagógica.

Scapin (2003), em sua pesquisa, também verificou a importância do coordenador/supervisor para a apropriação dos Programas da TV Escola.

De acordo com as pesquisas citadas, poucos são os professores que utilizam os Programas exibidos pela TV Escola para a sua própria formação contínua. A maioria dos professores utiliza os Programas exibidos pela TV Escola em sala de aula com os alunos e principalmente inexistem pesquisas nesta área acerca da educação especial, desencadeando uma indagação: há uso dos Programas produzidos pela TV Escola da Série Educação Especial, destinados especificamente para os professores que trabalham com alunos com necessidades especiais?

A intenção da SEED, ao exibir os Programas da TV Escola que contemplam a Educação Especial, é subsidiar a prática e

a formação dos docentes.

Diante dessa realidade, este estudo teve como objetivo identificar a potencialidade de utilização da TV Escola como uma política pública de formação, para subsidiar a escola na formação contínua de professores que trabalham com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais.

2 Material e Métodos

Para alcançar o intento de identificar a potencialidade de utilização da TV Escola, como uma política pública de formação, para subsidiar a escola na formação contínua de professores que trabalham com alunos que apresentam necessidades especiais, optamos por desenvolver uma pesquisa qualitativa. A pesquisa qualitativa nos possibilita compreender melhor a realidade, de acordo com Triviños (1997, p.137) “a pesquisa qualitativa não admite visões isoladas, parceladas, estanques, ela se desenvolve em interação dinâmica retroalimentando-se, reformulando-se constantemente”. A pesquisa qualitativa tem sido bastante utilizada em pesquisas na área da educação, em função de sua abrangência junto aos fenômenos humanos e sociais.

Para alcançar o objeto de pesquisa, foi necessária a formulação de uma pesquisa com duas partes, sendo que o único critério para participar das duas partes da pesquisa era o de ser professor das séries iniciais do ensino fundamental nas escolas públicas de Sidrolândia-MS¹.

Na primeira parte da pesquisa, buscamos explorar e compreender as concepções dos professores sobre o uso da TV Escola, para formação contínua dos professores das quatro primeiras séries do ensino fundamental do município de Sidrolândia, que trabalham com alunos com necessidades especiais. Para isso, utilizamos como instrumento para a coleta de dados um questionário com trinta e quatro questões. Pautamo-nos na técnica de análise de conteúdo junto às questões abertas e as questões fechadas foram tabuladas com o Programa SSPS Windows - versão 10.

Entre as questões gradualmente organizadas do questionário, podemos evidenciar: a definição de formação contínua, os momentos de formação contínua que os professores consideram efetivo para alterações positivas na prática pedagógica, os momentos que possibilitam formação contínua na proposta pedagógica da escola e a necessidade de espaços para estudo dentro da própria escola.

Na segunda parte da pesquisa, buscamos, a partir dos resultados da primeira parte da investigação, analisar a potencialidade de utilização da TV Escola por parte dos professores das quatro primeiras séries do ensino fundamental do município de Sidrolândia-MS que trabalham com alunos com necessidades educacionais especiais. Para isso, procedemos uma entrevista com nove questões e realizamos seis encontros com o Grupo Focal.

¹ Município do interior do estado do Mato Grosso do Sul, com uma população de aproximadamente 30 mil habitantes, onde o plantio da lavoura é a fonte principal de renda.

No primeiro momento da 2ª parte da pesquisa, realizamos uma entrevista junto aos professores informantes da pesquisa. De acordo Minayo (1999, p.107), a entrevista é um instrumento privilegiado de coleta de informações para as ciências sociais, em função da

[...] fala ser reveladora de condições estruturais, de sistema de valores, normas e símbolos e ao mesmo tempo ter a magia de transmitir, através de um porta-voz, as representações de grupos determinados.

Desta forma, por meio da entrevista, objetivamos verificar se os professores dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais compreendem o conceito de deficiência mental, por ser esta a deficiência que apresenta maior índice nas escolas públicas em Sidrolândia-MS e ainda, se consideram que podem aprender pela utilização do videocassete em situação de formação contínua.

Para obtermos estas respostas, seguimos um roteiro previamente estruturado. Para Minayo (1999, p.99), um roteiro de entrevista “serve para apreender o ponto de vista dos atores sociais previstos nos objetivos da pesquisa, para orientar uma conversa com finalidade, que é a entrevista [...]”. Após a realização das entrevistas, partimos para um segundo momento na segunda parte da pesquisa.

Segundo Morgan (1997 *apud* GONDIM, 2002), o grupo focal pode ser definido como uma técnica de pesquisa qualitativa, derivada das entrevistas grupais que coleta informações por meio das interações grupais ao se discutir um tópico específico sugerido por um pesquisador, coordenador ou moderador do grupo.

O Grupo Focal ocupa uma posição intermediária entre a observação participante e as entrevistas em profundidade. Trata-se de um instrumento de coleta de dados que serve para observar os processos de interação humana que contribuem para a formação contínua, bem como, para analisar o compartilhamento de opiniões em relação ao tema estudado.

Ao fazer uso da técnica de Grupo Focal, objetivamos levar os professores a conhecer a TV Escola como política pública de formação para subsidiar a escola e avaliar se os programas da Série Educação Especial são pertinentes a sua própria formação e ao contexto de sala de aula no atendimento aos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais.

Ao serem convidados, conforme Quadro 1, somente um dos professores da escola estadual e quatro professores das escolas municipais aceitaram participar dos encontros com o Grupo Focal.

Quadro 1: Participantes do Grupo Focal

Escolas	Professores participaram da 1ª parte da pesquisa - respondendo questionário	Professores participaram da 2ª parte da pesquisa - respondendo a entrevista	Professores participaram da 2ª parte da pesquisa - encontro com o Grupo Focal
Escola Estadual	3	3	1
Escolas Municipais	13	11	4
Total	16	14	5

Os seis encontros com o Grupo Focal foram gravados com fitas previamente adquiridas. No cenário apenas cadeiras, televisão, videocassete e a fita da Série Deficiência Mental produzida pela TV Escola.

Optamos pela gravação para transcrevê-la posteriormente e analisar melhor as variáveis em observação durante a exibição do vídeo da Série Deficiência Mental produzida pela TV Escola. Nosso objetivo geral era de explorar e analisar a potencialidade de utilização da TV Escola como política pública de formação, para subsidiar a escola na formação contínua de professores do ensino fundamental das redes municipal e estadual que trabalham com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais.

Objetivamos analisar a Série Deficiência Mental produção da TV Escola que tem duração média de duas horas; segundo a grade de programação que nos foi enviada pela Secretaria de Educação a Distância, a Série Deficiência Mental foi ao ar pela primeira vez no Canal da TV Escola, no dia 26 de setembro de 1997 e atualmente ainda é exibida.

A Série Deficiência Mental produzida pela TV Escola apresenta seis programas. Com o intuito de analisarmos esta

série, assistimos aos programas inúmeras vezes e constatamos que o tema central é a Deficiência Mental.

Para análise do conteúdo dos vídeos, seis encontros foram necessários. Os encontros aconteceram durante duas semanas, sendo três vezes por semana, com duração de em média uma hora, dividida em torno de 30 minutos para a visualização do conteúdo do vídeo e 30 minutos para discussão como grupo.

Nos estudos com o Grupo Focal, trabalhamos com os seis programas da Série Educação Especial que abordam a deficiência mental. Estes programas trazem “relatos de experiências bem-sucedidas de inclusão de crianças portadoras de deficiência mental na rede pública de ensino” e estão divididos em tópicos (BRASIL, 2000, p. 62-63).

Da mesma maneira, trabalhamos em tópicos com os participantes do grupo focal. Para tanto, no decorrer dos encontros avaliamos de que maneira os professores compreendem os conteúdos exibidos e, ainda, se o conteúdo está posto de forma que os professores possam apropriar-se dos programas e se podem ser considerados como um meio de formação contínua.

Entre outros fatores, priorizamos avaliar a forma e

conteúdo dos programas da Série Educação Especial - Deficiência Mental; para tanto, nos pautamos em indagações, conforme guia de análise de vídeo de Rosado (1996).

3 Resultados e Discussão

Na primeira parte da pesquisa, os dados revelaram que 100% dos professores que trabalham com alunos com necessidades especiais nas séries iniciais do ensino fundamental em Sidrolândia - MS, campo empírico da nossa pesquisa, não têm o hábito de utilizar os Programas produzidos pela TV Escola - Série Educação Especial em momentos de formação contínua.

Verificamos, entre outras coisas, que os professores informantes - docentes de alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, nas séries iniciais do ensino fundamental, nas escolas públicas do município de Sidrolândia-MS, são todos graduados, possuem vasta experiência em sala de aula, veem formação contínua como sinônimo de cursos, sentem necessidade de formação para trabalhar com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, não conhecem e não utilizam os programas da Série Educação Especial produzidos pela TV Escola.

Conforme os dados, os professores informantes têm uma visão distorcida da formação contínua, pois esta não deve ser entendida apenas como cursos isolados, e sim como uma formação centrada na própria escola. De acordo com Imbernón (2001, p. 87),

[...] a formação centrada na escola baseia-se na reflexão deliberada, mediante a qual os professores elaboram suas próprias soluções em relação com os problemas práticos com que se deparam,

ou seja, os estudos e as discussões são dirigidos a partir da própria necessidade da situação emergencial em que o problema está ancorado, possibilitando alterações significativas na práxis pedagógica.

Na segunda parte inicial da pesquisa, através dos argumentos das entrevistas, compreendemos que os professores dos alunos que apresentam necessidades especiais sentem necessidade constante de orientação para o trabalho pedagógico a ser desenvolvido junto a eles, bem como o pouco conhecimento acerca da deficiência mental.

Entendemos, de modo positivo, a preocupação que os professores informantes apresentaram quanto a buscar melhor formação para trabalhar com os alunos que apresentam necessidades especiais. De certa forma, percebemos que eles compreendem que a função da escola é preparar os indivíduos para o exercício da cidadania, independente de sua cor, raça, ou religião.

A política de inclusão para todos que vivenciamos no início deste século XXI, provavelmente, irá se estender por muitos anos. O fato dos professores compreenderem que precisam se adaptar para trabalhar com esta população específica é um grande passo, uma vez que a simples inserção desta população nas escolas comuns não significa que seus direitos enquanto cidadãos sejam respeitados.

Quando questionados quanto à possibilidade de adquirir conhecimento através do vídeo, os professores informantes responderam que poderiam receber esta orientação, provavelmente porque sentem necessidade de melhor formação para trabalhar com os alunos com necessidades especiais e por não receberem capacitação no ambiente escolar. Este posicionamento nos possibilitou prosseguir com o segundo momento da segunda parte da nossa pesquisa, que foi a realização dos seis encontros com o Grupo Focal.

Durante os seis encontros com o Grupo Focal, registramos que os professores participantes da pesquisa possuem um conceito mínimo sobre a deficiência mental, não têm conhecimento se as propostas pedagógicas das escolas públicas do município de Sidrolândia-MS contemplam as pessoas que apresentam necessidades educacionais especiais e sabem que a inclusão é uma realidade sem volta.

Após conhecerem a Série Educação Especial, legitimaram os Programas da TV Escola como uma fonte rica de informações e propiciadora de reflexões da prática pedagógica no contexto escolar.

Parece-nos que faltam oportunidades dentro do contexto escolar para que a formação contínua seja efetivada. A questão da oportunidade de estudos na própria escola envolve além de uma reestruturação por parte dos dirigentes, um fator político. Vitkowski (2000, p.161) salienta que a prática de estudos no contexto educacional “implica refletir articuladamente sobre as condições socioambientais da escola e com as condições sócio-profissionais do educador”.

Acreditamos que a formação contínua dos docentes seja um dos quesitos para a melhoria da qualidade da educação escolar oferecida para os alunos que apresentam necessidades especiais, uma vez que de acordo com dados da pesquisa de Oliveira (2003, p. 41) “é visível a falta de uma orientação inicial ao trabalho com alunos com necessidades educacionais especiais e este pode ser um dos pontos negativos no processo de inclusão”, o que novamente justifica a necessidade de formação contínua.

Pesquisadores apontam a escola como um espaço oportuno para esse fim. Segundo Canário (1997, p.79), a “formação centrada na escola” tende a capacitar o professor a ser um “agente de desenvolvimento a serviço das pessoas e da organização”. Este autor deixa implícito que a “formação centrada na escola”, ou seja, o estudo dentro da escola, na própria prática pedagógica não deve isentar a responsabilidade da formação inicial. É imprescindível que a formação inicial seja feita de maneira bastante responsável, de forma a qualificar o professor, mas a formação contínua é indispensável, até porque as competências são adquiridas no dia-a-dia dentro da escola.

Também Imbernón (2001, p.80) entende que a “formação centrada na escola” é uma grande contribuição à formação docente, “a instituição educacional transforma-se em lugar de formação prioritária diante de outras ações formativas”. Para este autor, não é somente o espaço que muda; o contexto

escolar é visto como um novo enfoque para redefinir conteúdos e estratégias auxiliares à formação do professor e, em contrapartida, a melhoria do processo de aprendizagem, além de desenvolver um paradigma colaborativo entre os profissionais da educação.

Enfim, compreendemos que os professores que trabalham nas séries iniciais do ensino fundamental com alunos que apresentam necessidades especiais nas escolas públicas do município em questão desconhecem os programas da TV Escola, sentem necessidade de capacitação, entendem a formação contínua como cursos e após os encontros com o Grupo Focal, e legitimam a TV Escola como uma fonte rica de informação.

Ficou explícito que os professores informantes sabem que a inclusão dos alunos que apresentam necessidades especiais é um caminho sem volta e que precisam preparar-se para trabalhar com esta população específica.

Conforme Stainback e Stainback (1999, p. 25), vivenciamos grandes transformações sociais, e hoje “[...] os professores tem oportunidade de desenvolver suas habilidades profissionais em uma atmosfera de coleguismo e colaboração”.

4 Conclusão

Conforme vimos no início deste artigo, a legislação orienta aos docentes a formação contínua, no entanto, há que se fazer cumprir esse direito no espaço escolar, utilizando-se para isso dos meios de comunicação e informação disponíveis.

A escola enquanto instituição social também tem o dever de formar continuamente seus professores, bem como utilizar os recursos disponíveis para que a formação aconteça com sucesso. Para tanto, há necessidade de adequação e reestruturação de modo que os docentes possam ter direito aos momentos de formação contínua no âmbito escola e aos recursos existentes para esta formação.

Sendo assim, entendemos que a inclusão é um caminho em construção, que os alunos com necessidades especiais precisam ter seus direitos assegurados e que cabe às escolas buscar subsídios para que isto se efetive.

Os resultados encontrados corroboram com os encontrados por outros pesquisadores, em que a implantação efetiva da TV Escola exige que sejam considerados: 1) aspectos organizacionais da escola; 2) questões profissionais da formação docente; 3) políticas de implantação da TV Escola. Cabe aos gestores, em nível micro, diretores e supervisores das escolas e em nível macro, os responsáveis pelas políticas de formação em secretarias de educação, uma melhor compreensão desses aspectos de forma a propiciar aos docentes a formação contínua dentro de um contexto escolar democrático. Os integrantes deverão estar envolvidos na proposição de objetivos, na solução de problemas, na tomada de decisão, no estabelecimento de padrões de desempenho e na garantia de que a escola esteja atendendo adequadamente às necessidades da sociedade como um todo e cumprindo sua função social.

Nos aspectos organizacionais da escola, é necessário direcionar recursos humanos dentro da escola, responsáveis em garantir que os professores tenham acesso à programação diária, bem como aos programas já gravados. E ainda, pessoas que possam dirigir, planejar, conceber um processo de formação contínua centrado na escola e em seus problemas.

Nas questões profissionais de formação docente, é necessário assegurar momentos de estudos na proposta pedagógica da escola que possibilitem aos professores oportunidades de troca de experiências com outros profissionais da educação e, ainda, a formação professores para interação com as tecnologias existentes.

No tocante as políticas de implantação da TV Escola, mecanismos de incorporação da TV Escola dentro das escolas como política pública de formação são necessários para subsidiar a escola e destinar recursos técnicos e financeiros para manutenção e viabilização efetiva da TV Escola.

Enfim, podemos concluir que para os professores participantes da pesquisa existe a potencialidade de utilização da TV Escola em sua formação contínua. Porém, essa potencialidade não é irrestrita e imediata, uma vez que ela depende do atendimento aos aspectos organizacionais, profissionais e políticos apontados anteriormente. E, principalmente, que não seja apenas uma política de formação de professores apenas para campanhas de governo, mas seja efetivamente implementado, considerando-se todas as condições e dificuldades dessa categoria de formação.

Acreditamos que possamos contribuir para que gestores educacionais tracem novas políticas e práticas de utilização da TV Escola nos espaços escolares, possibilitando o alcance do objetivo a que veio: levar conhecimento, possibilitar reflexões e capacitar professores. Possivelmente com a relação direta entre proposta pedagógica, formação contínua e TV Escola esses objetivos sejam alcançados.

Esta é apenas uma pequena amostra de que as políticas de formação docente devem ser consoantes com a realidade e não implantadas sem que as pessoas interessadas saibam como utilizá-las. Acreditamos que outras pesquisas nesta área devam ser realizadas, para aventar novos caminhos para a reestruturação da utilização da TV Escola em contextos educacionais.

Referências

- BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Conselho Nacional de Educação. *Parecer CNE/CEB Nº 17*, 2001. Brasília: DOU de 17-8-2001, SEÇÃO 1, p.46.
- BRASIL. Congresso Nacional. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei n.º 9.394/96*, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: Diário Oficial da União, 23 de dezembro de 1996.
- BRASIL, *Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais*. Brasília: CORDE, 1994.
- BRASIL. Secretaria de Educação a Distância. *TV Escola: guia de programas*. Brasília: Ministério da Educação, SEED, 2000.
- CANÁRIO, R. A escola: lugar onde os professores aprendem. In: CONGRESSO NACIONAL DE SUPERVISÃO NA

- FORMAÇÃO. 1977, Portugal. *Anais...* Portugal: Universidade de Aveiro, 1977, p.71-86.
- CASTRO, A.M.D.A. *Um salto para o futuro: uma solução na capacitação do professor?* Natal: 1998. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1998.
- GONDIM, S.M.G. Perfil profissional e mercado de trabalho: relação com formação acadêmica pela perspectiva de estudantes universitários. *Estud. Psicol.*, v.7, n.2, p.299-309, 2002.
- HIDALGO, L.A. *Supervisão escolar e Projeto TV Escola: um estudo na rede pública de ensino fundamental do Núcleo Regional e de Educação de Londrina/PR.* Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual Paulista, Marília, 1999.
- IMBERNON, F. *Formação docente e profissional. Formar-se para a mudança e a incerteza.* São Paulo: Cortez, 2001.
- INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Informativo do INEP*, v. 2 n.54, ago., 2004.
- LIMA, C.M. *Educação a distância e tv escola: apropriações de professores em formação contínua.* Tese (Doutorado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica, Campinas, 2000.
- LINS, M.R.F. *TV Escola e educação a distância: a palavra, a imagem e o professor na era da informação.* Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 1998.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância. Projeto Básico *capacitação a distância de recursos humanos para utilização da TV Escola – Curso TV na Escola e os Desafios de Hoje* – SEED/UniRede. 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/projetoseacoes/unirede.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2014.
- MINAYO, M.C.S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.* São Paulo: Hucitec, 1999.
- OLIVEIRA.S.S.; COSTA, M.P.R. A educação inclusiva e a capacitação de professores na informática educativa no município de Fortaleza: primeiros resultados. In: MARQUEZINE. M.M.; ALMEIDA. M.A.; TANAKA, E.D.O. (Org.). *Capacitação de professores e profissionais para educação especial e suas concepções sobre inclusão* Londrina: UEL, 2003.
- PARIZZI, R.A.; REALI, A.M.M.R. Práticas pedagógicas de professores de educação especial: desafios impostos pela diversidade. In: MIZUKAMI, M.G.N.; REALI, A.M.M.R. *Aprendizagem profissional da docência: saberes, contextos e práticas.* São Carlos: UFSCar, 2002
- ROSADO, E.M.S. *Guia de análise de vídeo.* Material mimeografado, 1996.
- SCAPIN, I.A.S. *A formação contínua de professores do ensino médio e a TV Escola: um estudo nas escolas da rede pública de Pato Branco/PR.* Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Filosofia e Ciências de Palmas, 2003.
- VIZIM, M.; SILVA, S. *Políticas públicas: educação, tecnologias e pessoas com deficiência.* Campinas: Mercado de Letras: 2003.
- STAINBACK, W.; STAINBACK, S. *Inclusão: um guia para educadores.* Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.
- TRIVIÑOS, A.N.S. *Introdução à pesquisa em Ciências Sociais. A pesquisa qualitativa em educação.* São Paulo: Atlas, 1987.
- UNESCO. *Declaração Mundial sobre Educação para Todos: necessidades básicas de aprendizagem.* Brasília: UNESCO, 1990.
- VITKOWSKI, J.R. O paradigma emergente e a integração das novas tecnologias no projeto TV Escola. *Olhar de Professor*, v.3, n.3, p.151-167, 2000.

